

REFORÇAR O SNS, COMBATER O SAQUE DOS PRIVADOS.

A lógica economicista da gestão da saúde que ao longo dos anos levava ao encerramento de serviços, particularmente de proximidade, transferência de valências, promiscuidade entre público e privado e a degradação da qualidade do serviço prestado, teve como consequência, nesta fase do surto epidémico, uma maior dificuldade na resposta à actividade normal do SNS na prestação de cuidados.

A ofensiva privatizadora atingiu, particularmente entre 2011 e 2015 com o governo do PSD/CDS uma dimensão nunca vista afectando gravemente o direito à saúde.

A RESPOSTA À EPIDEMIA E OS ATRASOS NA ACTIVIDADE NORMAL DO SNS

Na necessidade de responder no imediato aos problemas causados pela epidemia, o SNS não teve da parte do Governo do PS o reforço em meios financeiros e humanos que lhe permitisse manter a actividade normal e não acumular atrasos significativos na prestação de cuidados. Cerca de 9 milhões de consultas em atraso nos Cuidados de Saúde Primários, mais de 1 milhão de consultas nos cuidados hospitalares, mais de 110.000 cirurgias que não se realizaram, são a expressão mais grave dos atrasos verificados.

Uma parte desta recuperação está a ser empurrada para os grupos privados, com a correspondente transferência de centenas de milhões de euros na contratação de serviços clínicos.

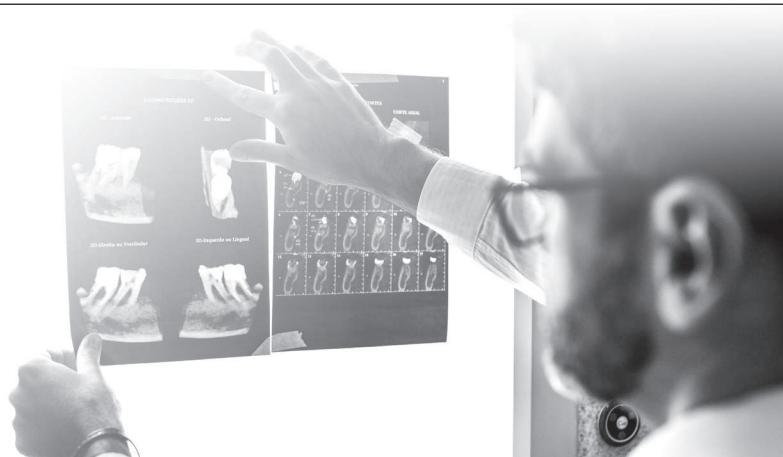
Grupos privados que não mostram disponibilidade para o tratamento de doentes COVID-19, mas que contratam centenas de camas para a recuperação de cirurgias.

A saúde dos portugueses não pode ser transformada num negócio para os grupos privados.

PCP.PT/OE2021

OE2021
INTERVIR PARA
RESPONDER AO PAÍS

COMBATER A EPIDEMIA,
REFORÇAR O SNS



SNS REFORÇADO POR ACÇÃO DO PCP

O PCP apresentou mais de 50 propostas para o Orçamento do Estado, das quais 23 foram aprovadas e que são um importante contributo para assegurar a prestação de cuidados pelo SNS. Entre outras:

- **Reforço das Unidades de Saúde Pública** com mais cerca de 500 profissionais;
- **Reforço de camas e equipas de cuidados intensivos** – mais 409 e contratação de 47 médicos;
- **Subsídio extraordinário de risco para profissionais** em funções ou actividade, tendo em conta o **risco de contágio com COVID-19**.
- **Medidas de recuperação de consultas nos Cuidados de Saúde Primários** – Horários alargados, contratação de mais médicos, se necessário no estrangeiro e mais enfermeiros;
- **Contratação** de 935 médicos, 630 enfermeiros, 465 assistentes técnicos e 110 assistentes operacionais **para os cuidados de saúde primários**;
- **Alargamento dos incentivos aos médicos** para se instalarem em zonas carenciadas;
- **Investimento na requalificação e construção de extensões e centros de saúde** e na adequação das instalações para assegurar conforto e segurança aos utentes face às condições climáticas adversas;
- **65,4 milhões de euros para investimento nos centros hospitalares:** Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Universitário de Coimbra; Setúbal; Oeste; S. João; na Unidade Local de Saúde da Guarda e no Instituto Português de Oncologia;
- 2,5 milhões de euros para a **implementação do Laboratório Nacional do Medicamento**;
- **Reforço da formação médica especializada**, com a abertura até 31 de Junho de concurso excepcional;
- **Dispensa gratuita de medicamentos antipsicóticos**.

PROPOSTAS REJEITADAS LIMITAM RESPOSTAS QUE SÃO NECESSÁRIAS

A oposição do PS, na maioria das vezes em convergência com o PSD, impediu a aprovação de outras propostas que garantiriam uma resposta mais abrangente por parte do SNS. São disso exemplo:

- ✗ Internalização dos Meios Complementares de Diagnóstico, cuja transferência para os privados custa ao Estado português mais de 500 milhões de euros por ano;
- ✗ Criação de 150 equipas de Cuidados Continuados Integrados entre 2021 e 2023;
- ✗ Reforço das Unidades de Cuidados na Comunidade que aponta para a abertura anual de 50 novas UCC até final de 2023;
- ✗ Reforço de 48 equipas e 75 novas camas de Cuidados Paliativos;
- ✗ Reforço da saúde oral nos CSP – 1 médico dentista por cada 2.000 utentes e 1 higienista por cada 14.000 utentes;
- ✗ Contratação de 250 psicólogos até ao final do 1.º trimestre de 2021 e 500 até final de 2021;
- ✗ Fim das taxas moderadoras a partir de Janeiro de 2022;
- ✗ Transferência de 5 milhões de euros para elaboração de um novo projecto para o hospital de Sintra;
- ✗ Gratuitidade de medicamentos para doentes crónicos;
- ✗ Reversão das Parcerias Público Privadas.

A crise está a potenciar uma deterioração dos níveis de saúde em Portugal.

O desemprego, a pobreza e condições de vida insalubres são, há muito, reconhecidos como factores facilitadores de algumas doenças.

É o SNS que está em condições de garantir o direito à saúde de todos os portugueses.

